

DISCUTINDO O SIGNO LINGÜÍSTICO: POSIÇÕES TEÓRICAS SOBRE O SIGNIFICADO

Maria das Neves Alcântara de Pontes
Universidade Federal da Paraíba / CCHLA / DLCV

Resumo

A Teoria do Significado constitui um dos caminhos metodológicos para se estudar uma língua, sendo tais estudos, reconhecidamente, considerados como método válido na organização, explicação e descrição das estruturas semânticas de recortes do léxico, tomados como objeto de análise. A questão da definição do signo tem-se constituído, ao longo dos tempos nas mais diferentes culturas, numa grande preocupação para os estudiosos da Filosofia, da Lógica e da Lingüística; entretanto, o problema permanece obscuro, gerando discussão tanto no que diz respeito à sua definição, quanto às classificações propostas e quanto, ainda, à denominação utilizada. Convém assinalar que a multiplicidade de termos, suas afinidades e diferenças contribuem, de forma substancial, para a cristalização da ambigüidade do termo signo. Como se observa, o signo está ligado a algo que substitui ou representa as coisas, ou seja, a realidade. Essa representatividade constitui, na verdade, o ponto de partida tanto para a Lingüística como para a Semiologia contemporâneas, em sua busca pela compreensão ampla do fenômeno da significação.

Palavras-chave: Signo. Significado. Significação. Contexto Lingüístico.

A questão da definição do signo tem-se constituído, ao longo dos tempos, nas mais diferentes culturas, numa grande preocupação para os estudiosos da Filosofia, da Lógica e da Lingüística; entretanto, o problema permanece obscuro, gerando discussão tanto no que diz respeito à sua definição, quanto às classificações propostas e quanto, ainda, à denominação utilizada.

Dentre os termos apresentados pelos diferentes estudiosos, nas mais diversas correntes, para a definição de signo têm-se: índice, ícone, sinal, alegoria. Convém assinalar que a multiplicidade de termos, suas afinidades e diferenças contribuem, de forma substancial, para a cristalização da ambigüidade do termo signo.

Observemos o que diz Schaff 1:

“O que impressiona é a tremenda ambigüidade do termo signo, tanto na linguagem comum como nas tentativas científicas de conferir precisão aos termos. Outro fator importante é a marcada vagueza e mesmo arbitrariedades das distinções terminológicas entre “signo”, “índice”, “símbolo”, “sinal”, etc”. (1968:167).

Em estudos apresentados sobre o signo, a significação e a realidade, Izidoro Blikstein² faz referências à questão do signo e, citando Santo Agostinho, salienta o seu caráter vicário.

“Toda ciência trata das coisas ou dos signos, mas as coisas se aprendem pelo signos.[...]”

“Estas, com efeito, são coisas tais que são também signos das outras coisas. [...]”

“Compreende-se então aquilo que chamo de signos: são as coisas que se empregam para significar algo.[...]”

“Um signo é, com efeito, uma coisa que, além da impressão que produz nos sentidos faz vir, por si mesma, uma outra coisa ao pensamento.” (Santo Agostinho, apud Izidoro Blikstein, 1983:20)

Como se observa dessas considerações apresentadas, o **signo** está ligado a algo que substitui ou representa as coisas, ou seja, a realidade. Essa representatividade constitui, na verdade, o ponto de partida tanto para a Lingüística como para a Semiologia contemporâneas, em sua busca pela compreensão ampla do fenômeno da significação.

Estudiosos como Charles S. Peirce³, um dos fundadores da Semiótica, consideram que *“a característica básica do signo é o poder de representar as coisas ou objetos.”* (Charles S. Peirce, apud Izidoro Blikstein, 1983:20). No seu entender, para que algo possa ser um **signo**, esse algo deve representar alguma outra coisa.

G. Haensch⁴ e outros lingüistas também consideram a função representativa e simbólica do signo lingüístico. Na verdade, a partir do modelo apresentado por K. Bühler, essa função implica necessariamente na pergunta sobre o que se simboliza e o que se representa no signo lingüístico. A resposta a essa pergunta está na experiência de mundo, nos conceitos que o homem estabelece na relação entre língua e realidade e, provavelmente, na relação entre pensamento e língua. (1982:333)

Wilhelm Von Humboldt⁵ considera o sistema de signos como reflexo da realidade, ressaltando que o problema do signo também é objeto de estudo da Filosofia e da Psicologia da Linguagem. (W. V. Humboldt, apud Adam Schaff, 1962:15).

Pierre Guiraud⁶, em seus estudos sobre significação, conceitua o **signo** como: *“Um estímulo associado a um outro estímulo do qual ele evoca a imagem mental”.* (1983:16)

Eis por que, no seu entender, o **signo** é um processo de associação entre um objeto ou um ser. É, portanto, um instrumento de comunicação - é um estímulo cuja ação sobre o organismo provoca a imagem mental de um outro estímulo.

A esse respeito, acrescenta o referido autor⁷:

“O que chamamos experiência ou conhecimento é apenas uma “significação” da realidade [...] nós vivemos entre os signos”. (1983:15)

Essa associação ocorre no espírito, sendo, portanto, de natureza psíquica; não são as coisas, mas a representação, isto é, as imagens mentais das coisas e as idéias que delas se fazem que estão associadas no espírito.

Tais colocações remetem a Ferdinand de Saussure⁸, quando afirma: “*O signo lingüístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica*”. (1975:80)

Assim, não são as coisas, mas os signos que circulam entre os falantes, isto é, relações entre um significado e um significante.

Nessa perspectiva, Saussure⁹, apoiando-se nos fundadores da lógica clássica, sobretudo na tradição aristotélica do convencionalismo dos signos, considera a língua como sistema de **signos**, cada elemento com duas faces - conceito e imagem acústica, e alia as duas variáveis à função signica, ou seja: **significante** - que se realiza no plano da expressão e **significado** - que se realiza no plano do conteúdo. Desse modo, o signo se configura na interação do **sentido** com a **imagem acústica**.

Ele próprio afirma: “*Esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro*”. (1975:80).

Assim, Saussure¹⁰ considera que a língua “*é essencialmente um depósito, uma coisa recebida de fora*”. (1975:80).

Como se percebe, o mestre genebrino identificava a coisa ou objeto extralingüístico vinculado ao signo.

Izidoro Blikstein¹¹, em nossos dias, intensifica o pensamento de Saussure ao considerar que “*O signo representaria a realidade extralingüística e, em princípio, é por meio dele que podemos conhecê-la*”. (1983:21)

O semanticista Adam Schaff¹², discorrendo sobre o assunto, entende que o processo social de comunicação humana constitui o ponto de partida para a análise do signo lingüístico e da significação, exatamente porque ambos são elementos do processo de comunicação. Para ele, uma análise desligada deste processo seria unilateral e insatisfatória; portanto, de resultados estéreis.

Atentemos para o que diz o referido Autor:

“O problema da essência e do papel do signo e, portanto, o problema da tipologia de suas diversas formas e variedades, só pode ser visto no seu todo, quando considerado como parte da questão - como os homens se comunicam uns com os outros”. (1968:159)

Como se vê, o semanticista restringe-se ao processo de comunicação no nível especificamente humano; entretanto, ao referir-se à questão, faz alusões à comunicação entre os animais e também a signos e sinais no processo de comunicação entre eles, citando, por exemplo, as relações e a simbologia entre as abelhas na colméia, entre as formigas no formigueiro, etc, mostrando, assim, o processo de comunicação e a criação de signos também na esfera da “psicologia animal”.

Os homens se comunicam por meio de signos das mais variadas formas, por meio de gestos, linguagem fônica, linguagem escrita, imagens e sinais previamente convencionados que, organizados em sistemas, constituem uma forma de linguagem, objeto de teorias sistematizadas sobre signos.

Schaff¹³ assim coloca:

“Exatamente porque os homens sempre se comunicam uns com os outros por meio de signos, toda a vida social está permeada de signos, é impossível viver sem eles”.
(1968:160)

Ficando, assim entendido, que o **signo** funciona explicitamente no contexto do processo de comunicação e para o propósito da comunicação. O mesmo Autor¹⁴, ainda com base nessa linha de raciocínio, cita os fundamentos da tipologia dos signos e estabelece distinções entre signos materiais (índices e sintomas) e os signos lingüísticos propriamente ditos (artificiais). Estes, por sua vez, são por ele divididos em signos verbais (e seus substitutos escritos) e todos os outros signos.

Os **signos artificiais** propriamente ditos são, pois, sempre signos para alguma coisa, produzidos pelo homem com a finalidade de comunicação, tanto para informar como para o fim de influenciar, de algum modo, o comportamento humano.

O **signo verbal**, como denominado por Schaff, apresenta uma natureza específica. O Autor salienta duas significações, considerando **concepções teóricas distintas**:

- **Signo Verbal-1**: significa o **som** (no sentido de vibração acústica ou imagem fônica) ao qual uma significação definida está ligada de um modo qualquer.
- **Signo Verbal-2**: é o todo específico composto de **som - e - significação**, característico de entidades realmente existentes na linguagem fônica. (1968:198).

Schaff¹⁵, referindo-se à primeira aceção, assinala que num signo verbal, significação e som, formam uma **“unidade orgânica”** que se manifesta de forma relativa (1968:198-9). Ele¹⁶ explicita, ainda, o caráter relativo da unidade de som e significação no signo verbal, fato que apresenta como problema fulcral a ser considerado na análise da questão (1968:199); em relação a esse ponto, cita duas correntes de atitudes distintas: a atitude associacionista, em que refere a opinião de Delacroix, asseverando a independência entre som e significado e que a combinação destes, no signo verbal, baseia-se na **associação entre um som definido e uma significação definida “feita”**. Como decorrência, existe uma associação na memória humana entre som e significado, que é de natureza arbitrária.

Ainda sobre essa questão, Schaff menciona Sapir, que em estudos sobre a linguagem, ao classificar signos verbais como símbolos, denominou-os como **sons automaticamente associados com significação**.

Schaff¹⁷ trata, também, da interpretação da unidade relativa de som e significado estabelecendo uma conexão *sui generis* no signo verbal, diferente dos outros signos. Para ele,

“a significação de um signo verbal não é “autônoma”, isto é, não pode nem se formar nem aparecer fora dessa unidade, que é linguagem - e - pensar, palavra - - idéia”.
(1968:200)

Tais considerações carecem, ainda, de uma explicação coerente em relação à natureza e ao mecanismo deste vínculo. Com esse propósito há que se mencionar a tese de Saussure, quando empregou os termos **significante** e **significado**, considerando que o signo

lingüístico é composto de uma entidade psíquica e de um conceito, ressaltando, pois, a natureza arbitrária do vínculo. Além do mais, Saussure insistia no fato de que a escolha do significante não era livre, mas socialmente condicionada.

Observemos o que diz Saussure¹⁸, em seu *Curso de lingüística geral*:

“[...] Os termos implicados no signo lingüístico são ambos psíquicos, e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação”.

[...]

“O caráter psíquico de nossas imagens acústicas aparece claramente quando observamos nossa própria linguagem”.

[...]

“O signo lingüístico é uma entidade psíquica de duas faces [...]”. (1975:80)

Como se vê, as observações do mestre de Genebra conduzem à noção de indissociabilidade dos componentes do signo, por ele denominados de **significante** e **significado**.

Émile Benveniste¹⁹, em estudos realizados sobre a natureza do signo lingüístico, discute o problema do arbitrário do signo, citando a definição de Saussure, que conceitua **signo** como o total resultante da associação de um significante (imagem acústica) e de um significado (conceito). Questiona a coerência da bipartição (dicotomia) do signo e se, em consequência, se deve caracterizar o signo como arbitrário. Para ele, o signo lingüístico é arbitrário porque não tem com o significado **“nenhuma ligação natural na realidade”**. Acreditamos que faltam, nos estudos apresentados pelo mestre genebrino, um terceiro termo, que é a própria **coisa**, a realidade. Com efeito, a **coisa**, a princípio, excluída do sistema bipartido que caracteriza o signo saussuriano, instaura uma grande contradição na concepção desse signo.

Em outra parte do seu trabalho, Benveniste²⁰, analisando o signo lingüístico, considera:

“Entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário. O conceito (“significado”) “boi” é forçosamente idêntico na minha consciência ao conjunto fônico (“significante”) “boi” juntos os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância”. (1988:55)

No seu entender, tomando o exemplo do próprio Saussure, há entre os dois elementos uma relação simbiótica tão estreita que o conceito “boi” é como que a alma da imagem acústica “boi”.

Benveniste²¹ delimita a zona do “arbitrário” considerando que *“o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro”*. (1988:56)

O domínio do arbitrário, assim entendido, se configura para “*fora da compreensão do signo lingüístico*”.

Conforme o Autor²², “*O arbitrário só existe aqui em relação com o fenômeno ou objeto material e não intervém na constituição própria do signo*”. (1988:57)

Com efeito, em se tratando do arbitrário do signo lingüístico, o que se questiona é a relação do significante com o significado.

O signo é o elemento primordial do sistema lingüístico cujos componentes são o significante e o significado e sua “*ligação deve ser reconhecida como necessária*”²³ (1988:59). Assim, significante e significado se consubstanciam num todo indissociável, garantindo a sua unidade estrutural.

Em pesquisas sobre as estruturas semânticas, G. Haensch²⁴ e outros lingüistas também consideram a função simbólica e representativa do signo lingüístico. Esses autores destacam a polifuncionalidade do signo que se explica, por sua vez, pela situação de comunicação, considerando o modelo de Bühler. Para quem o signo lingüístico é símbolo, em virtude de sua ordenação a objetos e relações e de sua dependência entre emissor e receptor. (1982: 349)

Umberto Eco²⁵, discutindo a natureza do signo, defende, a exemplo das idéias apresentadas por Schaff, o signo como elemento do processo de comunicação e assinala sua utilização para “*transmitir uma informação, para indicar a alguém alguma coisa que um outro conhece e quer que os outros também conheçam*”. (1973:25)

Pensando assim, a base do conteúdo da informação equivaleria ao signo.

O estudioso italiano apresenta várias definições e classificações para o signo, tendo em vista as diferentes acepções, de conformidade com o pensamento a que se refere, religioso, filosófico, histórico ou lingüístico. Como se pode observar, os conceitos de signo refletem linhas de pensamentos diversos e, por isso mesmo, não raras vezes, é muito controversa a forma de considerá-lo; entretanto, há nas definições e classificações uma qualidade que parece evidente: são fundadas no uso comum.

Citando Peirce, Eco²⁶ considera que o signo é entendido como “*alguma coisa que está em lugar de outra, ou por outra*”. (1973:32)

Embora muitos estudiosos já se tenham dedicado ao problema do significado no signo, muitos pontos ainda merecem ser investigados. O termo abrange significações diversas, constituindo, dessa forma, grande fonte de ambigüidade. Por essa razão, o significado constitui a face do signo que suscita as questões mais relevantes no que se refere à definição e interpretação da natureza lingüística e, por conseguinte, tem oferecido grandes dificuldades na prática da investigação científica.

A partir da posição dicotômica estabelecida por Saussure entre **significante/significado** e a vinculação signo/realidade, numa dimensão mais ampla, C. K. Ogden & I. A. Richards procuraram definir o “significado de significado”. No elenco das numerosas correntes lingüísticas e semiológicas empenhadas em estudar o significado, é esse, dentre todos, o modelo mais conhecido. Foram eles que lançaram, em suas análises, a figura do referente, ou seja, da coisa extralingüística fazendo, pois, uma distinção clara de referência, ou significado lingüístico. Em verdade, embora consagrada no triângulo de Ogden & Richards, essa relação triádica de significado em que se consideram as relações entre símbolo, pensamento e realidade é antiga, pois já se pôde detectá-la nos Estóicos, em Santo Agostinho, nos escolásticos e nos lógicos de Port-Royal.

Umberto Eco²⁷ afirma que essa análise triádica já se apresenta no pensamento grego dos séculos áureos, em Platão e Aristóteles, no aparelho conceitual dos Estóicos, para quem o processo sógnico constava de três elementos:

“O semainon, o signo no verdadeiro e exacto sentido da palavra, considerado como entidade física” (o significante);

“O Semainomenon, ou o que é dito pelo signo e que não representa uma entidade física” (o significado);

“O pragma, isto é, o objeto a que o signo se refere e que é de novo uma entidade física, ou então um acontecimento ou uma acção” (o objeto) (1973: 28)

Blikstein²⁸, em análise sobre o signo, destaca que esta distinção foi apresentada várias vezes, no decurso da História, da Filosofia e da Linguística, com nomes diversos, tais como a relação apresentada por Santo Agostinho entre *verbum*, *decibili* e *res*, pelos escolásticos, entre *vox*, *conceptus* e *res*, e pelos lógicos de Port-Royal, entre *nom*, *idée* e *chose*. (1983: 24)

Para tanto, observe-se como a natureza simbólica do significado é ilustrada no triângulo de Ogden & Richards²⁹:



Gráfico nº 1 - O TRIÂNGULO DE OGDEN & RICHARDS (1972:32)

Ao se analisar os sentidos do significado, Ogden & Richards tomam como ponto de partida a teoria de relações entre pensamentos, palavras e coisas. Situam o pensamento ou referência (significado) no vértice do triângulo, estabelecendo entre ele e o símbolo (significante) uma relação casual como produto de um contrato ou código social. Entre o pensamento ou referência (significado) e o referente (objeto) extralingüístico a relação é mais ou menos direta. E, por fim, eles não estabelecem nenhuma relação direta e pertinente entre símbolo (significante) e referente (objeto extralingüístico).

Constata-se que Ogden & Richards, apesar de pretenderem superar o sistema binário estabelecido por Saussure, apenas vão preocupar-se com a relação correta entre símbolo

e referência, isto é, entre significante/significado e de afastarem o referente da teoria do significado lingüístico.

Dessas observações, verifica-se que eles não souberam transpor as fronteiras na relação triádica e, portanto, que há ainda muito para se definir no tocante aos contornos do referente.

Observemos o que diz Izidoro Blikstein³⁰ a esse respeito:

“O descarte do referente vai limitar a perspectiva semiológica de Ogden & Richards, voltados sempre para o lado esquerdo do triângulo, onde estão situados o símbolo e a referência”. (1983:26)

Como se pode notar, na abordagem de Ogden & Richards, a contradição percebida por E. Benveniste na análise do signo saussuriano continua a merecer um estudo mais aprimorado, visto que descarta o referente ou a “coisa” extralingüística, investigando apenas o lado esquerdo do triângulo. Retomando, assim, Saussure, que em seu binarismo (relação dicotômica), considera os elementos internos do sistema como inerentes à língua. Ele não insere, explicitamente, a coisa significada, isto é, o referente, ao tratar da natureza do signo. Saussure³¹ afirma que *“o significante é arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade”*. (1975:83)

O semanticista Stephen Ullmann³², a exemplo de Ogden & Richards, também procura adaptar o modelo de signo estabelecido pelo mestre de Genebra a quem se deve os princípios da ciência da linguagem, tanto a corrente da lingüística tradicional como o estruturalismo.

Observemos o triângulo de S. Ullmann:

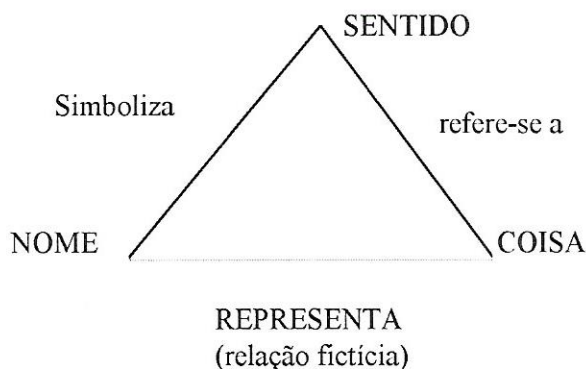


Gráfico nº 02 - Triângulo de Ullmann

Como se pode notar, Ullmann³³ conserva a estrutura triádica e a idéia apresentada no modelo anterior, alterando, apenas, a terminologia. O semanticista utiliza no seu esquema os termos **nome**, **sentido** e **coisa**. O nome é a *“configuração fonética da palavra”*, o sentido é a *“informação que o nome comunica ao ouvinte”* e a coisa é o *“aspecto ou acontecimento não lingüístico acerca do qual falamos”*. (1964: 119). Esse terceiro termo

corresponde ao referente de Ogden & Richards e, portanto, estaria fora do âmbito da lingüística.

Para Ulmann³⁴, a relação entre o nome e o sentido merece ser considerada mais atentamente visto que, como já foi esclarecido, a "coisa" é extralingüística. Neste ponto, ele considera que há *"uma relação recíproca e reversível entre o som e sentido denominada de "significado" da palavra"*. (1964:119)

Como se percebe, apesar de formulações ampliadas, o referente ou elemento considerado *não-lingüístico*, novamente, é descartado, é excluído do problema.

E acrescenta o referido Autor³⁵: *"Excluindo o referente, separamos apenas o que é lingüisticamente relevante do que não o é"*. (1964:121)

Para ele, o significado é um dos termos mais ambíguos e controversos da teoria da linguagem. Assim, em suas pesquisas acerca do significado, considera duas escolas de pensamento lingüístico: a de **tendência analítica** ou **referencial** que tem como propósito a apreensão da essência do significado, reduzindo-o aos seus componentes principais e a de **tendência operacional** - que analisa as palavras em ação e que se interessa, sobretudo, pelo modo como opera o significado. Esta orientação é conhecida por **operacionalismo** e considera que o significado de uma palavra é o seu uso na língua.

Esse Autor³⁶, reconhece que o triângulo semiótico de Ogden & Richards constitui o modelo analítico de significado mais conhecido; entretanto, faz-lhes severas críticas no que diz respeito à questão do referente ou acontecimento não-lingüístico.

Comprovemos:

"Nada há de fundamentalmente novo nesta análise do significado [...] o triângulo básico oferece, ao mesmo tempo, de menos e demais. Demais, porque o referente, o aspecto ou acontecimento não-lingüístico, como tal, fica nitidamente fora do âmbito da lingüística". (1964:117-118)

Kart Baldinger³⁷, em seus estudos sobre o significado, tem como ponto de partida a representação esquemática utilizada por S. Ulmann, por considerar o modelo mais simplificado que o triângulo básico de Ogden & Richards.

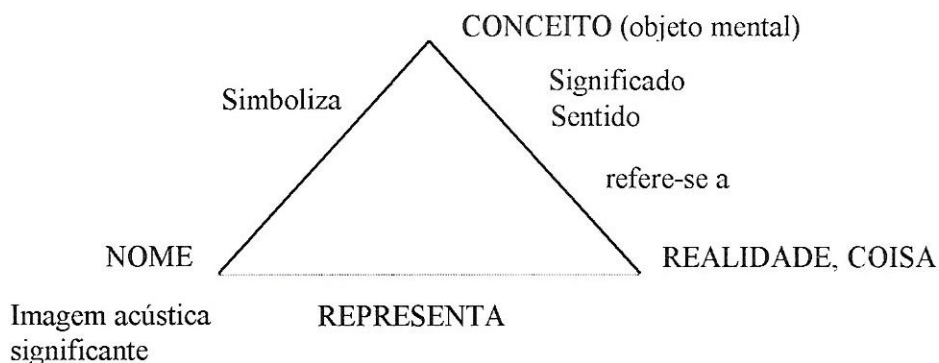


Gráfico nº 03 - Triângulo de Baldinger (1970: 26)

“o fato de o referente ser extralingüístico não significa que deva ficar fora da lingüística; ele simplesmente está situado atrás ou antes da linguagem, como um elemento cognitivo, produto da nossa percepção”.(1983:39)

Desse modo, é nessa percepção-cognição que se fabricam os referentes, antes mesmo da experiência verbal. Como se vê, a gênese do significado está na experiência perceptivo-cognitiva, influenciando a arquitetura conceitual do pensamento.

Nos termos de Blikstein⁴², *“Seria na percepção-cognição, portanto, antes mesmo da própria linguagem, que se desenhariam as raízes da significação”.* (1983:39)

Blikstein⁴³, em suas afirmações, considera que a língua é regulada por uma simbiose contínua de práticas socioculturais, percepção e linguagem. Ele apresenta uma configuração semiológica cuja metodologia de análise é mais abrangente, incluindo a dimensão percepção-cognição, voltando-se para o lado direito do triângulo, isto é, investigando o mecanismo pelo qual a percepção-cognição transforma o “real” em referente, sendo, pois, o elemento obrigatório nessa relação triádica.

Pensando assim, a língua não recortaria a realidade mas o referente, ou, em termos mais claros, a realidade “fabricada”, filtrada pela experiência perceptiva.

Veamos o modelo por ele apresentado:

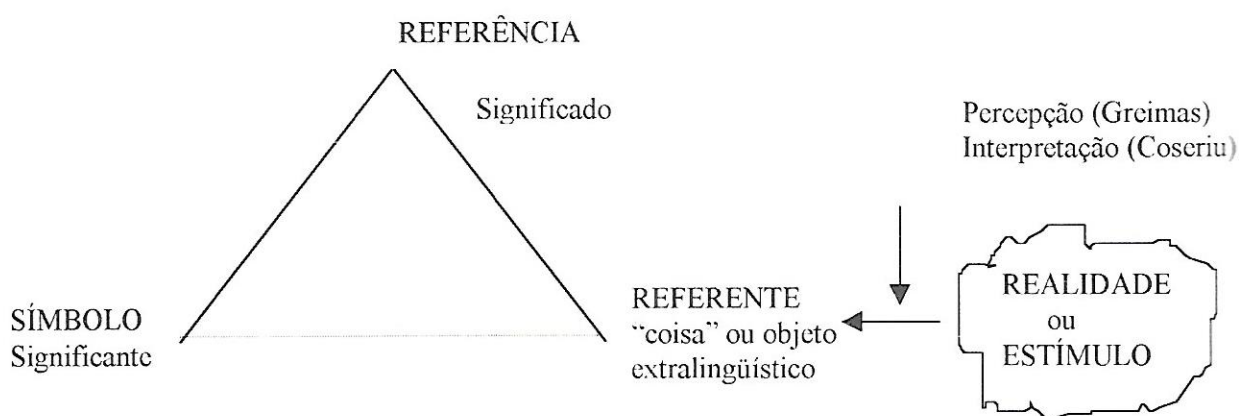


Gráfico nº 04 - (I. Blikstein: 1983 p. 46)

Greimas⁴⁴ entende a percepção *“como o lugar não lingüístico em que se situa a apreensão da significação”.* (Greimas, apud I. Blikstein, 1983:46), enquanto Coseriu⁴⁵ considera que não se interpretam as estruturas lingüísticas, não se trata de estrutura da realidade, mas de *“estruturas impostas à realidade pela interpretação humana”.* (Coseriu, apud I. Blikstein, 1983:46)

Blikstein⁴⁶ considera que, na fabricação do referente, há que se destacar os seguintes pontos:

- É por obra da percepção-cognição que a semiose irrompe durante a transformação da realidade em referente;
- O referente tem uma função semiológica no processo da significação. (1983:49)

Entretanto, esse avanço ainda não resolve a compreensão dos mecanismos de transformação da realidade em referente. Por essa razão, Blikstein introduz o componente da **prática social** ou **práxis** e demonstra a dependência do sistema perceptual em sua construção, de tal modo que, sem esse sistema, a prática social estaria desaparelhada.

Acrescenta o citado Autor⁵⁰:

“E é nessa prática social ou práxis que residiria o mecanismo gerador do sistema perceptual que vai “fabricar” o referente”. (1983:49)

Como se observa, com a inclusão desse item, as etapas da fabricação do referente apresentam o seguinte itinerário: realidade/referente/linguagem -realidade/prática social ou práxis/percepção cognição/referente. Segundo ele⁵¹, *“sem práxis não há significação”.* (1983:54)

Na sua concepção, o esquema realidade/referente/linguagem pode ser assim representado:

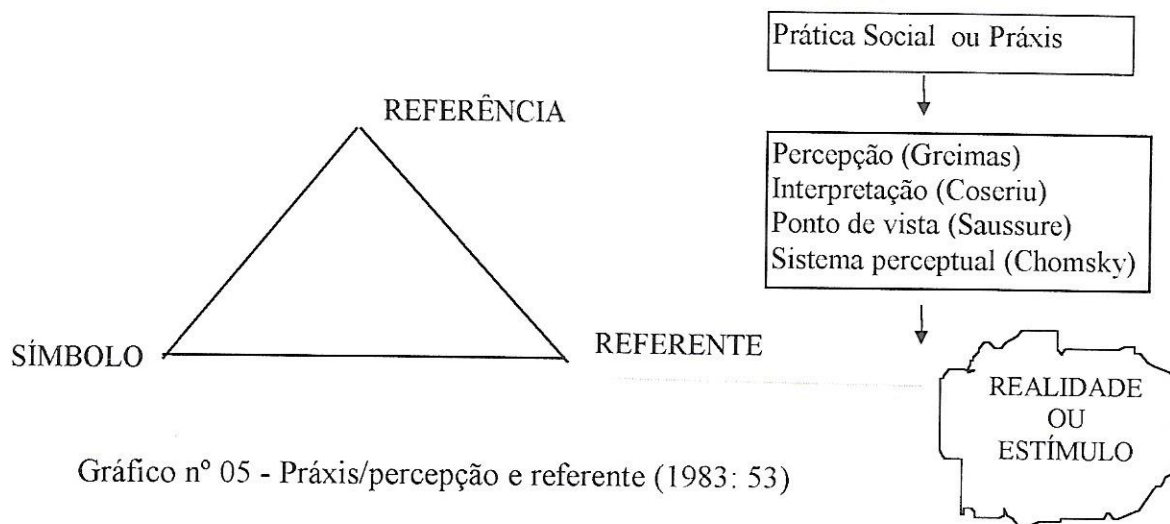


Gráfico nº 05 - Práxis/percepção e referente (1983: 53)

O Autor⁵² retoma as idéias de Adam Schaff, que considera o sistema perceptual, as estruturas mentais e a própria linguagem como tributários da práxis, vista como:

“conjunto de atividades humanas que engendram não só as condições de produção, mas, de um modo geral, as condições de existência de uma sociedade”. (1983:54)

De tal modo que a percepção e a linguagem estão intrinsecamente ligadas à práxis social gerando, por sua vez, a significação do mundo.

A partir dessas considerações, acredita-se numa dialética entre práxis, percepção e cognição, considerando-se o fato de que o homem conhece a realidade, na medida em que age sobre ela, transformando-a.

Ainda considerando os elementos sócio-culturais e suas relações com a língua, Blikstein aponta para os conceitos de **corredores semânticos** ou **isotopias**, por onde vão fluir os elementos básicos da significação ou, em outros termos, as **isotopias de cultura** de uma comunidade. São exatamente esses corredores semânticos que vão delimitar a percepção-cognição criando modelos ou padrões perceptivos, no dizer de Schaff, os “óculos sociais”.

Os padrões perceptivos ou “óculos sociais” constituem assim, os estereótipos de percepção, fabricando o referente. Engendrados, assim, pelos corredores isotópicos ou semânticos, os estereótipos vão, por seu lado, configurar os referentes.

Nesse processo em cadeia, o homem cognoscente cria mecanismos não verbais de diferenciação e de identificação, estabelecendo traços discriminatórios e seletivos que, no contexto da práxis, vão adquirir valores **meliorativos** ou **pejorativos**, transformando-se em **traços ideológicos** que, como já se mencionou, desencadeiam os corredores semânticos.

Blikstein, porém, não pára nesse ponto; situa ainda a intervenção da língua sobre a práxis, sobre os corredores semânticos e sobre os estereótipos perceptuais. Citando outros estudiosos entre os quais Benveniste e Schaff, ele estabelece uma interação entre língua e **práxis**, de forma que sem a **práxis** não há referente ou realidade fabricada, uma vez que, “*agindo sobre a práxis, a língua também pode modelar o referente e “fabricar” a realidade*”.

Atentemos para o que diz o aludido Autor⁵²:

“Assim, a língua passa a atuar sobre a práxis, os corredores isotópicos e os estereótipos perceptuais”. (1983:79)

No tocante à interação entre língua e práxis, é difícil separar as fronteiras entre ambas, uma vez que ⁵³ “*agindo sobre a práxis, a língua também pode modelar o referente*”, “*fabricar a realidade*” e , ⁵⁴ “*aceitar a função interpretante ou modelante da língua*”, citada por Benveniste. (1983: 80)

Desse modo, o esquema⁵⁵ se completaria assim:

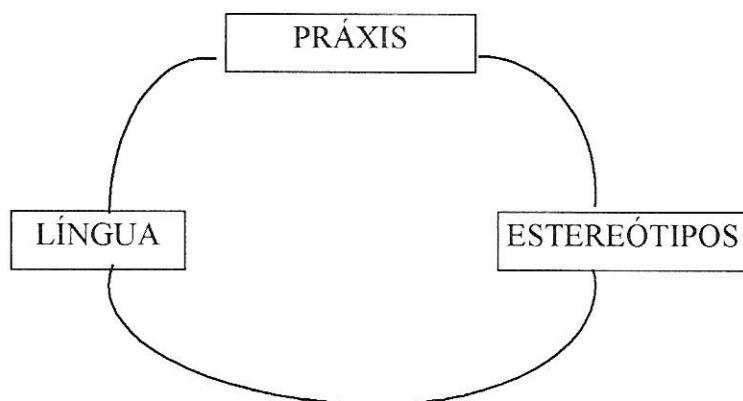


Gráfico nº 6 - Língua/Práxis (1983: 80)

A cognição estaria, assim, a depender de um processo ininterrupto de interação entre esses elementos, de forma que, segundo Roland Barthes⁵⁶, “a língua “amarra” a percepção cognição, impedindo o indivíduo de ver a realidade de um modo não programado pelos tais corredores semânticos”. (R. Barthes, apud Blikstein, 1983:82)

Das propostas apresentadas por Blikstein, observa-se uma nova perspectiva, no que tange ao problema da relação língua-realidade. No seu entender, a linguagem tem uma estreita relação com a realidade e, sendo “filtrada” pelos elementos que constituem a **práxis**, possibilitando ao indivíduo nela inserido, “fabricar” a realidade e, finalmente, construir sua **visão de mundo**.

Adotamos esses postulados em nossa análise, tendo em vista a importância da relação simbiótica entre língua e realidade, uma vez que eles convergem para a natureza do nosso trabalho.

Notas

- [1] SCHAFF, Adam. *Introdução à semântica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 167.
- [2] BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1983, p. 20.
- [3] Santo Agostinho, apud Izidoro Blikstein, *op. cit.*, p. 20.

- [4] HAENSCH, G. et all. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982, p. 333.
- [5] W. v. Humboldt, apud Adam Schaff, *op. cit.*, p. 15.
- [6] GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 16.
- [7] Idem, *ibidem*, p. 15
- [8] SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 12. ed., São Paulo: Cultrix, 1975, p. 80.
- [9] Idem, *ibidem*, p. 80.
- [10] Idem, *ibidem*, p. 80.
- [11] BLIKSTEIN, Izidoro, *op. cit.*, p. 21.
- [12] SCHAFF, Adam, *op. cit.*, p. 159.
- [13] Idem, *ibidem*, p. 160.
- [14] Idem, *ibidem*, p. 198.
- [15] Idem, *ibidem*, p. 198-9.
- [16] Idem, *ibidem*, p. 199.
- [17] Idem, *ibidem*, p. 200.
- [18] SAUSSURE, Ferdinand de, *op. cit.*, p. 80.
- [19] BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 2. ed. Campinas: Pontes/Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- [20] Idem, *ibidem*, p. 55.
- [21] Idem, *ibidem*, p. 56.
- [22] Idem, *ibidem*, p. 57.
- [23] Idem, *ibidem*, p. 59.
- [24] HAENSCH, G. et al., *op. cit.*, p. 349.
- [25] ECO, Umberto. *O signo*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 25.

- [26] Idem, *ibidem*, p. 32.
- [27] Idem, *ibidem*, p. 28.
- [28] BLIKSTEIN, Izidoro, *op. cit.*, p. 24.
- [29] Idem, *ibidem*, p. 32.
- [30] Idem, *ibidem*, p. 26.
- [31] SAUSSURE, Ferdinand de, *op. cit.*, p. 83.
- [32] ULMANN, Stephen, *op. cit.*, p. 119.
- [33] Idem, *ibidem*, p. 119.
- [34] Idem, *ibidem*, p. 119.
- [35] Idem, *ibidem*, p. 121.
- [36] Idem, *ibidem*, p. 117-8.
- [37] BALDINGER, Kurt. *Teoría semántica*: hacia una semántica moderna. Madrid: Alcalá, 1970, p. 26.
- [38] BLIKSTEIN, Izidoro, *op. cit.*, p. 31.
- [39] SAPIR, Edward. *A linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- [40] Idem, *ibidem*, p. 172.
- [41] BLIKSTEIN, Izidoro, *op. cit.*, p. 39.
- [42] Idem, *ibidem*, p. 39.
- [43]. Idem, *ibidem*, p. 46.
- [44]. Greimas apud: Izidoro Blikstein, *op. cit.*, p. 46.
- [45]. Coseriu apud: Izidoro Blikstein, *op. cit.*, p. 46.
- [46]. BLIKSTEIN, Izidoro, *op. cit.*, p. 49.
- [50]. Idem, *ibidem*, p. 49.
- [51]. Idem, *ibidem*, p. 53-4.

[52]. Idem, *ibidem*, p. 54.

[53]. Idem, *ibidem*, p. 79.

[54]. Idem, *ibidem*, p. 80.

[55]. Idem, *ibidem*, p. 80.

[56] BARTHES, Roland, apud: I. Blikstein, *op. cit.*, p. 82.